

## AT6. GESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

**METODOLOGIA DE DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO**

Viviane Canecchio Ferreirinho<sup>1</sup>  
Carolina Teixeira Nakagawa<sup>2</sup>  
Rafael da Cunha Cara Lopes<sup>3</sup>

**RESUMO**

Uma metrópole como São Paulo carrega no bojo de seu território todas as contradições historicamente construídas e cotidianamente reafirmadas. Neste cenário, a assistência social tem o papel de proteger a vida - prevenindo agravos, promovendo a redução de danos, defendendo os direitos civis (proteção social especial) -, promover a sociabilidade - garantindo acesso ao conjunto de ofertas de ampliação da autoestima, da autonomia, do protagonismo - e garantir acesso aos benefícios eventuais ou de renda - continuados, condicionados, eventuais. Para incluir, proteger e defender, temos que aprofundar nossos conhecimentos e olhares.

Partindo desses princípios, a vigilância socioassistencial deve dar visibilidade às vozes dos territórios, ampliando a capacidade de argumentação e participação dos trabalhadores, instituições e usuários na execução da política. Isso implica identificar, nos diversos territórios, traços das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos, dos eventos de violação de direito, e dos tipos, volumes e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial, ampliar as capacidades de avaliação e dar transparência à execução.

Caracterizada como uma das funções da política de assistência social (Lei nº 12.435, de 2011. NOB/SUAS, 2012), a vigilância deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas. Fornecendo informações estruturadas, contribui para que as equipes dos serviços socioassistenciais avaliem sua própria atuação, ampliem seus conhecimentos sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes. Deve subsidiar o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente em uma demanda espontânea ou na percepção subjetiva da demanda aparente.

Na cidade de São Paulo essa função é executada sob a coordenação da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS) da Secretaria Municipal de Assistência e

---

<sup>1</sup> Bacharel em Ciências Sociais (FFLCH-USP), Mestrado e Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade (PUC-SP). Atualmente chefe do Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT) da Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS). [vferreirinho@prefeitura.sp.gov.br](mailto:vferreirinho@prefeitura.sp.gov.br); [vferreirinho@gmail.com](mailto:vferreirinho@gmail.com)

<sup>2</sup> Bacharel em Ciência Sociais (PUC-SP), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP). Atualmente coordenadora geral da COPS/SMADS e pesquisadora consultora do Núcleo de Economia Solidária (NESOL-USP). [cnakagawalanfranchi@gmail.com](mailto:cnakagawalanfranchi@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Sociologia e Política (FESPSP), Mestrado em Ciências (UNIFESP). Atualmente técnico do CPMT da COPS/SMADS. [rafaellopes@prefeitura.sp.gov.br](mailto:rafaellopes@prefeitura.sp.gov.br)

Desenvolvimento Social (SMADS). Nas subprefeituras da cidade existem Supervisões Regionais de Assistência Social (SAS) que possuem em sua equipe o setor denominado Observatório Local. Estes são responsáveis pela coleta, correção, suporte e sistematização das informações das ofertas e pela difusão das informações produzidas. Realizam estudos para implantação, reordenamento e gestão de serviços, pautando a tomada de decisão das SAS e fomentando a articulação das ações dos Governos Locais.

A cidade possui em seus 96 distritos diversas configurações da vulnerabilidade e risco sociais. A reprodução da desigualdade dá-se em todas as regiões e localidades, em maior ou menor proporção. A identificação desses traços de segregação deve superar a dialética de “centro-rico” e “periferia-pobre”, compreendendo as paisagens urbanas marcadas por essas realidades em sua forma explícita (favelas, cortiços, ocupações, etc.) e na forma oculta (isolamento e abandono de idosos, vítimas de violência doméstica, etc.).

Uma das principais ações da COPS consiste na elaboração de diagnósticos que auxiliem as ações de proteção social e, especialmente, o aprofundamento do conhecimento sobre os territórios de abrangência dos equipamentos que coordenam a política de Assistência Social, adequando a oferta de serviços às demandas. Para cumprir com este princípio foi elaborado em parceria com técnicos das 31 regiões, o diagnóstico socioterritorial denominado “Vazios Socioassistenciais”.

Na tentativa de padronizar as análises e experiências tão diversificadas nos territórios, foi apresentada uma metodologia que pudesse fornecer estratégias e ferramentas comuns para realização do trabalho. Um roteiro foi apresentado em reuniões aos técnicos e o primeiro passo, indicado neste roteiro, foi o resgate de um documento elaborado pela equipe gestora de cada SAS, no início de 2014, como um exercício de planejamento estratégico, em que foram indicados alguns territórios em sua área de abrangência necessitados de intervenção integral da assistência. A sugestão era aprofundar a análise territorial e a caracterização de uma dessas áreas identificadas pelas equipes como prioritárias. A escolha de um território para aprofundamento não significa que este seja o único vulnerável e nem o tipo de vulnerabilidade escolhida como a maior ou mais incidente. Mostra, simplesmente, a eleição de um ponto de partida para um exercício de compreensão abrangente da realidade do ponto de vista de um grupo de trabalhadores sociais.

A construção deste diagnóstico visou o levantamento do maior número possível de dados secundários, pela COPS, para uma análise interpretativa das diversas realidades sociais encontradas e ações da gestão municipal. Considerando a necessidade de qualificação das análises com informações qualitativas, numa metrópole como São Paulo, foi necessário identificar e selecionar os indicadores sociais de risco e vulnerabilidade disponíveis nos diversos institutos e fundações (IBGE, SEADE, etc.), bem como dos sistemas de extração de dados públicos (DataSUS e TABNET). Especial atenção foi dada ao cruzamento da demanda e das ofertas de serviços, benefícios, programas e projetos oferecidos pela rede socioassistencial, como exercício para a compreensão da capacidade de atendimento da rede instalada.

À análise dos dados quantitativos acrescentaram-se as dos territórios merecedores de atenção especial da assistência social, identificados pelos técnicos responsáveis pela gestão e execução da política nas várias áreas. As contribuições e o alcance possível dessas informações para elaboração da política de assistência social, especialmente das informações sobre as famílias cadastradas no CadÚnico tiveram destaque. Conheceram-se, ainda, as limitações dos dados secundários e estatísticos quando confrontados com as realidades sociais que sofrem alterações em ritmos distintos à capacidade de produção de dados quantitativos. De maneira geral, o produto é um conjunto heterogêneo de vulnerabilidades, riscos, territórios e análises que qualificam o mapa da política de assistência social da cidade.

Essa metodologia de elaboração participativa de diagnóstico possibilitou reunir um rico acervo de informações qualitativas, com fotografias e mapas, que juntos revelam uma cidade marcada por “pedaços” (MAGNANI, 2003) de vulnerabilidade e risco em todos os territórios, uma variedade de suas formas constituintes, assim como de condições de exclusão e segregação. Além disso, foi um importante processo de formação e qualificação

dos profissionais envolvidos. O equilíbrio entre dados quantitativos e a observação de pesquisa de campo deve ser um dos princípios norteadores da vigilância socioassistencial, aproximando os técnicos às realidades às quais precisam dar voz.

## INTRODUÇÃO

*Fazer diagnósticos de uma metrópole como São Paulo não é tarefa fácil. A cidade é marcada por uma realidade de exclusão e segregação em diferentes níveis e escalas do território. Como respeitar essa diversidade? Primeiramente tivemos a tarefa de encontrar uma metodologia de contínua avaliação das diferentes realidades que colocasse em prática os seguintes princípios: a pesquisa e compilação de diferentes fontes de dados quantitativos, o respeito às particularidades de cada território, a elaboração participativa e colaborativa, aprimorar a capacidade de registrar e absorver dados qualitativos, o envolvimento e engajamento de diferentes perfis técnicos e garantir um processo de aprendizagem prática de técnicas de análise. Assim, nasceu a proposta de Vazios Socioassistenciais (COPS, 2015, p.7).*

O presente artigo busca sistematizar os resultados do processo de elaboração de diagnóstico socioassistencial da cidade de São Paulo. É resultado<sup>4</sup> da experiência de construção coletiva considerando as diferentes realidades territoriais de uma metrópole com cerca de 12 milhões de habitantes distribuídos em 3,5 milhões de domicílios particulares permanentes, sendo desses 460 mil domicílios em situação de baixa renda e 1.633 em áreas de favelas. Realizado pela Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em parceria com os Observatórios Locais das 31 Supervisões de Assistência Social (SAS) da cidade integra a metodologia e o documento denominado “Vazios Socioassistenciais”. Trata-se de documento de referência para planejamento e avaliação das demandas de políticas socioassistenciais e ao mesmo tempo de estratégia de formação dos sujeitos envolvidos na execução da política. Por isso, é composto por análises e sistematizações de dados de diversos institutos de pesquisa e da própria Secretaria, que em sua versão atual tem encartado os diagnósticos realizados em territórios em situação de vulnerabilidade identificados por técnicos nas diferentes regiões da cidade.

O texto está dividido em quatro partes. Na primeira é discutido o conceito de vigilância socioassistencial e apresentada a organização da COPS, responsável pela vigilância socioassistencial na cidade de São Paulo. Na seguinte, descrevemos a metodologia e as estratégias utilizadas para coleta de informações, além de inaugurar a temática de atualização dos “Vazios Socioassistenciais” para a sua próxima versão 2015/2016. Na terceira relacionamos os temas de cada um dos diagnósticos realizados

---

<sup>4</sup> A elaboração do diagnóstico e o presente artigo contaram com auxílio dos estagiários Guilherme Akira Nishio e Maria Clara Ferreira da Silva.

pelos observatórios locais. Por fim, destacamos alguns dos principais desafios e destaques nas considerações finais.

## **1 A VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

Os diagnósticos atendem às necessidades da vigilância socioassistencial, considerando este um eixo transversal da política de assistência social – prevista na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) – que atua basicamente em três frentes: a vigilância de territórios com incidências de riscos e vulnerabilidades, o monitoramento de padrões de ofertas e serviços, e em avaliar a adequação entre as situações identificadas e sua cobertura, em todos os casos com a finalidade de articular informações e a capacidade de proteção à população.

O trabalho da vigilância se baseia nos conceitos de risco, vulnerabilidade e território, assim, o diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta com a qual é possível estabelecer parâmetros de prioridades. Deve utilizar e construir conhecimentos que avaliem, monitorem e direcionem os serviços e demandas da assistência social. Essa observação é consolidada tanto na produção e sistematização de informações como na elaboração de índices e indicadores territorializados condizentes com as situações de vulnerabilidade e risco as quais as famílias e populações locais estão sujeitas.

Exercer a vigilância dos serviços socioassistenciais significa coletar, produzir e sistematizar as informações referentes aos atendimentos prestados e às ofertas e benefícios da rede socioassistencial, com o intuito de aprimorar a qualidade do serviço e também adequar a localização e capacidade às demandas dos territórios. Os dados coletados devem se referir à quantidade e perfil dos recursos humanos; tipo e volume do serviço prestado; cumprimento dos procedimentos necessários ao atendimento das diretrizes técnicas e legais de qualidade; perfil dos usuários atendidos; infraestrutura; equipamentos e materiais existentes.

Na cidade de São Paulo, um dos órgãos que realiza a gestão das políticas de assistência social é a Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS), criada em 2003 para ser responsável pela Vigilância Socioassistencial no município. Atualmente, está dividida em quatro setores com funções complementares para a elaboração de parâmetros de coleta, produção de dados, sistematização e difusão de informações, a fim de subsidiar planejamento e tomada de decisões, tanto do poder público como de atores do controle social e da sociedade civil. Também se constitui como centro de pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Centro de Geoprocessamento e Estatística (CGEO), responsável pela gestão e elaboração de informações territorializadas a partir de mapas e tabelas, tem por objetivo

subsidiar a gestão da política aplicando aos diagnósticos, planejamentos e ações o “princípio da territorialização”. Ou seja, permitindo por meio de metodologias de georreferenciamento, facilitar a localização da incidência situações de vulnerabilidade e risco, de beneficiários, da rede de serviços públicos, dos programas e projetos, bem como aplicar o princípio da prevenção e proteção pró-ativa nos territórios com maior grau de riscos e vulnerabilidade com desenvolvimento de tecnologia que permite ampliar a capacidade de busca ativa.

Com as técnicas de geoprocessamento tem sido possível estabelecer áreas de influência e abrangência dos equipamentos em relação aos indivíduos cadastrados no Cadastro Único de Assistência Social, dos beneficiários de Programas de Transferência de Renda, dos indivíduos em descumprimento de condicionalidades para manutenção destes benefícios, estabelecendo parâmetros de público prioritário de cada serviço. Desta forma, se fortalece uma compreensão mais apurada das dinâmicas territoriais, bem como da cidade como um todo, ampliando a capacidade de encaminhamento, referência, contrarreferência e articulação das ações de assistência social.

O Centro de Monitoramento e Avaliação da Rede Socioassistencial (CMA) é responsável pela produção e sistematização de dados de execução dos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial, bem como pela definição de parâmetros e instrumentais de coleta e avaliação das unidades de atendimento. Tem como principal fonte de dados primários a Declaração Mensal de Dados de Execução (DEMES), instrumental de caráter quantitativo e não nominal, preenchido pelos serviços da assistência em planilhas de Excel. Estes dados são agregados, compilados e analisados para posteriormente serem disponibilizados às equipes técnicas da Secretaria, para assessores da gestão e também no site da SMADS.

A elaboração e sistematização de indicadores que mensuram a efetividade, eficiência e qualidade do serviço prestado é fundamental para avaliar as necessidades de manutenção, reordenamento ou expansão da rede de serviços. Um dos desafios atuais é o fortalecimento dos critérios avaliativos e da qualidade das informações no ato da coleta dos dados, considerando o papel dos técnicos dos serviços na apropriação cada vez maior das informações produzidas.

Já o Centro de Gestão de Processos da Informação (CGPI) é o setor que estrutura, desenvolve e dá suporte nos sistemas informatizados de registro de atendimentos realizados. O objetivo é aperfeiçoar os processos de registro da informação, integrando-as com diferentes bancos de dados, subsidiando o planejamento e o controle das atividades dos equipamentos dando maior fidedignidade e tempestividade. Faz a gestão dos sistemas SISRua – registro das abordagens à população em situação de rua, em funcionamento desde 2004 - SISCR - registro dos atendimentos prestados pelas unidades estatais, ainda

em fase de implantação -, SISA – registro dos atendimentos nos serviços conveniados de acolhimento institucional, em funcionamento e em expansão para todas as modalidades de serviços -, e SISORG - que gerenciam os cadastros, certificações e convênios com as organizações sem fins lucrativos de assistência social. Por meio destes sistemas informatizados, CGPI obtém um prognóstico de ações das organizações, podendo extrair relatórios sobre a utilização dos sistemas informatizados, sobre o perfil dos usuários atendidos e organizações sociais conveniadas. A gradativa implantação de ferramentas de tecnologia da informação para todas as modalidades de serviços da rede socioassistencial permitirá o aprimoramento do trabalho técnico ao possibilitar o alinhamento entre as unidades, compartilhamento de informações entre técnicos de diferentes serviços, armazenamento do histórico e trajetória dos usuários na rede, além dos aspectos gerais de monitoramento e avaliação da qualidade dos serviços prestados.

Por fim, o setor que conduziu os processos de diagnóstico, objeto do presente artigo. O Centro de Pesquisa e Memória Técnica (CPMT) é responsável pela organização e coordenação de pesquisas específicas e de caráter aprofundado sobre os fenômenos que demandam atuação da assistência social. Isto, considerando as pesquisas desenvolvidas pela equipe de COPS ou por entidades contratadas ou ainda por institutos ou pesquisadores que têm a SMADS como campo de estudo ou formação. Sua principal função é orientar processos de aprofundamento e análises ou diagnósticos das distintas situações de risco e vulnerabilidade sociais, a partir do estabelecimento dos parâmetros e métodos de produção e análise das informações produzidas e sistematizadas pelos outros setores da Coordenadoria, bem como pelas equipes dos observatórios locais das SAS ou institutos contratados.

A COPS, dotada dessas ferramentas e tecnologias, auxilia a ação da política de assistência social aferindo os efeitos de sua implantação ou ausência. O documento “Vazios Socioassistenciais” é, portanto, a materialização dessa atribuição. Avaliando periodicamente projetos estratégicos, serviços e programas com a finalidade de indicar medidas preventivas e necessidades específicas de expansão da rede socioassistencial a combinação do uso de dados qualitativos e quantitativos amplia a capacidade de interpretação das realidades e, conseqüentemente, auxilia SMADS a intervir nos territórios com maior precisão e efetividade. Deste modo, considerando os diferentes setores de execução da política e o dinamismo da realidade cotidiana que se pretende intervir, os investimentos em elaborações de diagnósticos não são imediatos, por isso, deve ser contínuo e sistemático, sofrendo revisões e aprofundamentos conforme a necessidade. A construção da metodologia e estratégia que buscamos descrever neste artigo tinha que respeitar a diversidade das formações dos profissionais, das realidades com as quais atuam, o dinamismo das

demandas, os princípios da participação democrática e da difusão ampla para subsidiar os atores do controle social.

## **2 A METODOLOGIA E A ESTRATÉGIA “VAZIOS SOCIOASSISTENCIAIS”**

*Extensos ou pequenos, populosos ou não, com vasta rede de transporte ou de difícil acesso, várias são as configurações territoriais desses distritos e, às vezes, até no mesmo distrito encontramos diferenças. Várias, também, são as demandas da assistência social encontradas no trabalho cotidiano dos trabalhadores das supervisões regionais [...]. Não seria diferente, também, com relação às características, habilidades e preocupações apresentadas por esses técnicos distribuídos nas 31 SAS, 50 CRAS, 24 CREAS e 3 Centro Pop da cidade (COPS, 2015, p.9).*

A cidade de São Paulo dividida em 32 subprefeituras que têm a atribuição de fazer a gestão descentralizada da gestão municipal de 96 distritos administrativos. Assim, numa estrutura também descentralizada de gestão, a política municipal de assistência social possui equipes que respondem pelas áreas de abrangência definidas pelas subprefeituras, denominadas Supervisões Regionais de Assistência Social (SAS) – ressaltam-se as SAS totalizando 31, dado que Sapopemba está agrupada à Vila Prudente. Além dos setores mencionados anteriormente que compõem a COPS, cada uma das 31 SAS conta com um Observatório Local que subsidia a Coordenadoria com informações e efetiva a vigilância socioassistencial no território de sua abrangência. No diálogo com esses atores é que construímos a metodologia de diagnóstico objeto deste texto.

*A elaboração de um diagnóstico é um processo com várias etapas, desde a junção de arcabouço de informações, provenientes de observações feitas pelo trabalho prático, assim como dos dados disponíveis elaborados pelo conhecimento científico, que visam à interpretação de determinada realidade para a construção de intervenções [...]. A elaboração do diagnóstico inclui vários atores institucionais que vão se distribuir e/ou revezar pelas diversas etapas do processo com intuito de, ao final, identificar as situações encontradas, as dificuldades e as intervenções possíveis, mudanças necessárias e elencar as prioridades de ação. (COPS, 2013, p.50).*

Em 2013, no início da gestão tínhamos o desafio de estruturar um processo que estabelecesse de um lado tanto as diretrizes de indicadores que serviriam de referência para estudos locais, como do outro que possibilitasse alinhar os princípios e atribuições da vigilância socioassistencial e sistematizar o conhecimento acumulado sobre os fenômenos de violação de direitos, vulnerabilidade e risco na cidade. Surge então o documento denominado “Vazios Socioassistenciais”, que representou o primeiro passo na elaboração de diagnóstico em que foram sintetizados dados produzidos por grandes Institutos e Fundações, somados as informações primárias trabalhadas pela COPS, tais como famílias

cadastradas no CadÚnico, cobertura da rede socioassistencial, Programas de Transferência de Renda (PTR) e Benefícios de Prestação Continuada (BPC). Uma das metas da COPS é a atualização periódica desse documento e, também, com o incremento de representações qualitativas sobre os territórios.

Iniciamos, ainda em primeira versão (2013), a elaboração de um documento referência que possibilitasse o alinhamento de dados e informações das subprefeituras que compõe a cidade. Nesse processo consideramos a elaboração da redação ainda limitada à equipe técnica da Coordenadoria. Pois, em início de gestão, não tínhamos todos os técnicos responsáveis pelos territórios das SAS, considerando ainda que alguns vieram compor sem experiência prévia na função. Desse modo, consideramos a elaboração de documento que subsidiassem o dia-a-dia dos técnicos das diferentes áreas da Gestão. Por isso, a primeira versão foi composta por capítulos que estabeleciam conceitos caros ao trabalho da vigilância em assistência social, tais como: o que é um indicador, o que é um dado georreferenciado, entre outros.

*No processo de apropriação e uso do resultado deste trabalho, avançamos nas possibilidades de construção técnica e do aprimoramento da metodologia. Tivemos a oportunidade de apresentar o material a outros agentes das políticas públicas tais como os Conselhos Municipais (Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS e Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente – CMDA), Grupos Intersecretariais de trabalho (GT de Avaliação de Empreendimentos; Território CEU; GT Enfrentamento e Combate à Pobreza, entre outros), outros técnicos de municípios do entorno da Metrópole e o interior paulista, até para estudantes de Universidades. Vimos o documento ser utilizado desde elaboração de justificativas de implantação de serviços, estabelecimento de metas de Gestão, até alinhamento de ações intersecretariais. Esse rico processo de “recontar” e “revisar” levou à necessidade de aprimoramento e aprofundamento (COPS, 2015, p.7).*

Conheceu-se, deste modo, as limitações dos dados secundários e estatísticos quando confrontados com as realidades sociais que sofrem alterações em ritmos distintos à capacidade de produção de dados quantitativos. Por isso, a investida em sua revisão precisaria ampliar o envolvimento dos atores do território e qualificar a análise.

Em agosto de 2014 começamos a atualização de dados dos “Vazios Socioassistenciais”. Na nova fase do documento sentimos a necessidade de complementar os dados quantitativos com pesquisas qualitativas realizadas nos territórios da cidade. É também parte da segunda edição dos vazios a realização de pesquisas sobre os *pedaços* (MAGNANI, 2003) como parte de um esforço de aproximação do gabinete com as áreas e de formação dos técnicos dos observatórios locais.



Para tanto, em setembro daquele ano, realizamos reuniões em um período com todos os observatórios divididos por macrorregiões (Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste). Aproveitando os debates realizados entre os gestores das SAS e gabinete para seleção de áreas prioritárias para fins de planejamento estratégico. Solicitamos que cada representante dos Observatórios Locais fizesse diagnóstico de uma dessas áreas previamente priorizada. Para isso, criamos um roteiro de pesquisa e disponibilizamos instrumentos para coleta de informação. O roteiro contemplava, de forma resumida:

#### 1. Caracterização:

- 1.1. Identificação do local: Endereço de referência; Locais de referência; Identificação dos setores censitários.
- 1.2. Caracterização quantitativa do perfil socioeconômico das áreas indicadas como prioritárias: A) dados secundários - IBGE/CENSO/2010: Número de Domicílios Particulares Permanentes; Número de Moradores em Domicílios Particulares Permanentes; Número de Crianças de 0 a 11 anos, de Adolescentes de 12 a 18, de Jovens de 19 a 24 anos, de Idosos com mais de 60 anos (IBGE/CENSO/2010); B) Dados primários: Presença de população em situação de rua; Número de Famílias Cadastradas no CadÚnico; Número de Famílias inseridas em PTR; Número de Pessoas com BPC – Idoso e Deficiente; Serviços da rede socioassistencial, da educação, saúde, cultura, próximos à região indicada.

#### 2. Descrição Qualitativa

- 2.1. Descrição da paisagem do território
- 2.2. Justificativa técnica para escolha da área
- 2.3. Relações sociais observadas no território (rede de solidariedade, lideranças, trabalho infantil, exploração sexual, presença do tráfico, conflitos, etc.).
- 2.4. Ir pessoalmente às áreas indicadas para observação da dinâmica territorial. Checar no campo: comércio, favelas, cortiços, presença de população em situação de rua.
- 2.5. Fotografar a região e/ou situação passível de registro fotográfico (não apresentar fotos de satélite ou do Google).
- 2.6. Se possível, entrevistar moradores, líderes comunitários, parceiros, usuários de serviços ou população alvo das ações.
- 2.7. Incorporar as observações e material colhido na área ao texto original de caracterização.
- 2.8. Nome completo de todos os participantes da execução.

Deste modo, o primeiro passo foi descobrir quais eram os setores censitários das áreas escolhidas, para isso, apresentamos duas ferramentas de subsídio a este processo, o

Mapa Digital da Cidade (MDC) e a sinopse trabalhada por setores, baseada no Censo 2010, disponibilizada pelo IBGE. O primeiro trata de ferramenta de geoprocessamento do município que agrega informações de diferentes secretarias com dados de cartografia como logradouros, relevos, etc., permitindo conhecer os recursos públicos, urbanos e naturais do território em questão. O segundo agrupa informações censitárias importantes para a caracterização da população residente, especial atenção para perfil demográfico e de renda.

Ao encontrar a numeração dos setores censitários, os pesquisadores recorriam a uma base compatibilizada de dados de programas de transferência de renda, dados censitários, entre outros, elaborada pela COPS e disponibilizada para acesso aos técnicos das áreas. Essa organizava os números territorializados de variáveis como: quantidade de moradores e domicílios particulares permanentes, renda, acesso a iluminação pública, coleta de lixo, água e esgoto, além do número do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS), famílias cadastradas no CadÚnico, idosos e deficientes que recebem o Benefício de Prestação Continuada, entre outros.

Em seguida, foram elaborados mapas individualizados das áreas, com os pontos de concentração de famílias cadastradas no CadÚnico e beneficiárias de programas de transferência de renda, e ainda da rede de serviços socioassistenciais permitindo compreender a oferta de assistência social nesses territórios.

Apesar do arranjo para facilitar a pesquisa foi dada liberdade para que cada um criasse sua própria estratégia de análise, garantindo assim o respeito às diversas formações dos profissionais envolvidos e ainda, por parte da Coordenaria, garantir um processo de troca bastante intenso, incluindo sugestões de alguns observatórios que se tornaram modelos de ferramentas utilizadas pela maioria deles. Por exemplo, a funcionária de Cidade Ademar (região Sul 2) gerou uma planilha de Excel com os dados que necessitava divididos por setor censitário, ao fim, somava ou fazia média simples dos números de cada um deles para conhecer os dados de todo território. Esta ferramenta se tornou modelo utilizado pela maioria das SAS, algo que ilustra o caráter colaborativo do método.

Apenas os números publicados pelo IBGE não mudariam em nada a feição dos “Vazios Socioassistenciais”, de fato, a busca era por conhecer mais de perto os territórios escolhidos e é aí que reside a riqueza deste processo. Por isso, o roteiro inicial demandava o registro fotográfico do território, instigando a visita ao campo.

Utilizamos como pressuposto que a pesquisa de campo deveria partir das facilidades e experiências de cada Observatório Local. Sendo assim, eles criaram seus próprios métodos de coleta (sempre amparados pela equipe de COPS que realizava plantões presenciais as terças-feiras e por telefone em qualquer horário). Muitos recorreram à rede socioassistencial local e conversaram com gerentes de serviços. Na falta destes, outros dialogaram com agentes de saúde, funcionários de UBS, moradores antigos, donos de

bares, entre outros. Contudo, o fundamental dessas intervenções era conhecer o território e ser afetado por ele, para que a publicação ganhasse “cor, cheiro e textura”, dando voz às nuances e superando uma visão uniformizada das realidades.

Para dar continuidade ao processo de revisão do diagnóstico inicial foram encartadas atualizações feitas nas descrições das subprefeituras, avançamos na elaboração de exercícios analíticos de compreensão da capacidade de atendimento como forma de ampliar as possibilidades de construção de parâmetros de avaliação de cobertura da rede socioassistencial. Além disso, foram acrescentadas análises de territórios identificados pelos técnicos responsáveis pela gestão e execução da política nas várias áreas como merecedor de atenção especial da assistência social.

A visão inovadora que coloca em perspectiva a superação das análises dicotômicas que se baseiam na visão exclusivamente de cidade como “Centro-rico e Periferia-pobre” trouxe à luz o debate territorial e viabilizou a experiência desta coleta de informações. Isto considerando, que o enraizamento dessa visão é tal que o refinamento da percepção de outras vulnerabilidades só virá com a prática da observação crítica das localidades de atuação.

Por ser uma experiência pioneira e inédita para muitos, diversas dificuldades surgiram durante a execução das pesquisas. Nesse sentido o suporte de COPS foi essencial. Nos meses seguintes tornaram-se comuns visitas e telefonemas com questões relativas à execução do trabalho. Algumas vezes realizavam a coleta de dados nas regiões e recorriam a COPS para auxílio na organização das informações, em outras, com trabalho já avançado pediam apenas orientações técnicas sobre a consulta em softwares. Alguns mais experientes realizaram suas pesquisas sem auxílio e, por fim, outros sem qualquer experiência desse tipo pediram acompanhamento técnico sistemático para orientação do processo de coleta, análise e redação final.

A grande variedade de temas e formas de análise, que destacaremos a seguir, demonstra a riqueza do processo de atualização dos “Vazios Socioassistenciais” e, principalmente, da construção do processo de pesquisa dos diagnósticos. A liberdade de escolha de temas e métodos de coleta de informação foi proposital para a criação de uma experiência prévia de estranhar seu próprio território de ação e problematizar o que parece óbvio. Em setembro de 2015, os “Vazios Socioassistenciais” foram finalizados agrupando grande quantidade de dados primários e secundários, além de disponibilizar os diagnósticos de que tratamos neste texto.

Em 5 de outubro de 2015, as SAS Cidade Tiradentes, Santana/ Tucuruvi, Sé, Butantã, Pirituba/ Jaraguá, Cidade Ademar, Campo Limpo e Parelheiros apresentaram suas pesquisas e alguns resultados que puderam ser colhidos a partir do debate proposto, como

no caso de Parelheiros. O documento completo pode ser baixado do site de SMADS, com todas as tabelas, mapas e análises territoriais.

Para o próximo ano, a proposta é que cada região faça um diagnóstico abordando a temática dos idosos em suas regiões. Na edição de 2014/ 2015, a SAS São Matheus (Leste 2) foi a única que abordou a temática. Com uma população cada vez mais envelhecida será fundamental para a assistência social conhecer quais as formas de atendimento demandadas por este segmento etário.

### **3 ALGUNS DESTAQUES DAS ANÁLISES LOCAIS**

A SAS Aricanduva/ Formosa/ Carrão (Leste 1) escolheu dois setores censitários em que está localizada a favela Haia do Carrão. A funcionária do observatório local estava insegura de como realizar a pesquisa e, por isso, pediu ajuda ao observatório central. Sugerimos diálogo com alguma liderança local para facilitar nossa entrada. No dia marcado, em uma unidade do Serviço de Atendimento Social à Famílias no Domicílio (SASF) na região, encontramos o jardineiro Renato que atua na organização de uma fanfarra de crianças, reconhecido como liderança com poder de articulação, e foi com ele que visitamos a comunidade. Andamos pelos becos, fotografamos vielas, nos deparamos com o tráfico de drogas, conversamos com moradores, observamos o local e também circulamos pela região. Por conta da grande quantidade de pessoas desassistidas por qualquer política pública e, principalmente, pelo alto número de crianças sem nenhum serviço de atendimento, esta que foi a primeira visita do CRAS à região, desencadeou uma ação de Cadastramento para programas de transferência de renda no local, além de abrir um edital de Centro para Crianças e Adolescentes (CCA) na localidade.

Mesmo com um roteiro pré-estabelecido, como houve liberdade total na escolha do território e coleta de informações, cada pesquisador criou sua estratégia. Como referência disso pode-se destacar Penha (Leste 1) e Ermelino Matarazzo (Leste 2), em que os territórios escolhidos têm características semelhantes (Jardim Piratininga e Jardim Keralux, respectivamente). Ambos estão isolados entre o trilho do trem da Linha 12 Safira (Brás – Calmon Viana) da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e pela Rodovia Ayrton Senna, mas cada um dos observatórios utilizou estratégias distintas para coletar informações.

Penha utilizou a equipe da SAS e contou com auxílio das funcionárias do SASF Cangaíba para aplicar questionários com a população local e constatou a ausência de serviços diversos e a dificuldade de acesso ao bairro.

Já Ermelino Matarazzo, optou por conversar com a equipe do CCA e da UBS Keralux, além de circular pelo bairro e fazer uma descrição detalhada sobre as condições das pessoas que ali vivem. Neste segundo caso, a disparidade pode ser sentida assim que o bairro é adentrado, além do acesso dificultado (a entrada de carros fica a cerca de 5 km do bairro por onde passa a única linha de ônibus que serve a região) também lá estão localizados a USP Leste e o Centro de Treinamentos do Sport Club Corinthians Paulista, estruturas grandiosas contraditórias à paisagem ao fundo, de uma favela sem saneamento básico num bairro em que a maioria das ruas sequer tem pavimentação. Em ambos os casos, os moradores reclamam muito das festas de "funk" realizadas nas ruas, os denominados "pancadões".

Três das subprefeituras com melhores condições da cidade destacaram favelas como seus territórios de principal vulnerabilidade. A SAS Mooca (Leste 1) escolheu a Favela do Pau Queimado para realizar sua pesquisa. Em Pinheiros (Oeste) decidiu-se abordar o Jardim Edith que teve diversos moradores realocados por conta da construção da Ponte Estaiada e outras ações de especulação como a construção de shopping Center, e ainda Vila Mariana (Sul 1) que selecionou as favelas Mauro I e II.

A Mooca é a segunda SAS com maior concentração de população em situação de rua da cidade (atrás apenas da região central), das três regiões destacadas no parágrafo anterior, a favela do Pau Queimado é a que reúne maior quantidade de pessoas que utilizam os logradouros públicos para pernoitar, nesse caso, pela alta incidência de usuários de crack que circulam pela região para conseguir dinheiro e sustentar o consumo da droga. O principal destaque do estudo é a referência da dificuldade de entrada no local, justamente, pela ocupação do tráfico.

O Jardim Edith está em um dos distritos mais nobres da cidade (Itaim Bibi) e, por isso, sofre concretamente os efeitos da especulação imobiliária. Em 2001, os moradores da favela foram ameaçados de expulsão, mas com luta organizada conseguiram que as terras da favela se tornassem áreas de interesse social e em 2008, conseguiram incluir o local no Plano Diretor do Município como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Negociaram a reurbanização do local com construção de unidades habitacionais e serviços públicos, por conta disso, não há dados dos setores censitários que compõem a área, já que estavam desocupados durante a realização do Censo IBGE 2010. Como essas construções não se efetivaram, os moradores voltaram a ocupar a região com uma favela.

No caso da Vila Mariana as comunidades escolhidas Mauro I e II datam das décadas de 1950 e 1960, respectivamente e constituem uma localidade muito distinta da região em que estão. Com 450 domicílios, as duas favelas são o retrato da desigualdade na SAS que concentra alguns dos melhores indicadores da cidade. O que remete aos estudos de "efeito vizinhança", pois, por exemplo, nesta comunidade cerca de 80% dos responsáveis pelos

núcleos familiares são alfabetizados, enquanto no restante da SAS, mais de 99% estão nessa situação de escolaridade, ainda assim superior a outras favelas da cidade. Isto, pois, estão rodeadas de uma significativa gama de serviços públicos de saúde, educação, lazer e transporte. Ambas as comunidades são classificadas como ZEIS, portanto, indicadas para urbanização.

A SAS São Miguel (Leste 2) também deu destaque a uma favela, o Jardim Lapena que em épocas de chuvas sofre com grandes enchentes. É uma área bastante necessitada, mas com acompanhamento próximo pela SAS. Apesar disso, é atendida com apenas um serviço de proteção básica, por um SASF (que abrange uma grande região) e há um CCA ainda em implantação.

Na Vila Nilo (SAS Jaçanã/ Tremembé – Norte 1), por exemplo, o acesso a serviços é dificultado, pois os próprios habitantes têm dúvidas sobre qual município vivem, já que estão em um local socialmente reconhecido como Guarulhos, mas que politicamente pertence a São Paulo. Já no Jardim Paraná (SAS Freguesia do Ó/ Brasilândia – Norte 2) o tema central é o adensamento e a velocidade na construção de habitações irregulares.

Na região Leste 2, com destaque para Guaianases e Cidade Tiradentes, os territórios pesquisados são relativamente próximos, Santa Etelvina e Jardim Pedra Branca, ambas ocupações antigas que encontram dificuldade em sua regularização fundiária e que enfrentam questões relacionadas à drogadição. Em Cidade Tiradentes há uma pequena "craquelândia" se formando nos arredores, que envolve moradores da região e não população em situação de rua. Situação semelhante à encontrada na Vila Curuçá, em Itaim Paulista (Leste 2).

Essas características se repetem nas diversas regiões da cidade, do Jardim Peri (SAS Casa Verde – Norte 2) à Vila Clara no Jabaquara (Sul 1), passando pela Comunidade do Boqueirão no Ipiranga (Sul 1) em que uma organização local desempenha reconhecido trabalho com crianças e adolescentes, sem interesse de conveniamento com SMADS.

Cidade Ademar e M'Boi Mirim (ambas na Sul 2), apresentam áreas distantes das centralidades locais, mas com ocupações há anos em áreas de mananciais. Os dois observatórios utilizaram a estratégia de dialogar com atores do território, além dos dados quantitativos, para construir o estudo.

As SAS Santana/ Tucuruvi (Norte 1) e Campo Limpo (Sul 2) tiveram problemas semelhantes na visita a campo. Ambas pesquisaram favelas com ocupações antigas tomadas pelo tráfico de drogas, enquanto a primeira não pôde entrar na comunidade para fazer registros, a outra, quando entrou foi recebida a pedradas por ser um carro da prefeitura. Por isso, a segunda, optou por envolver o serviço conveniado desta localidade para avançar na elaboração do diagnóstico.

Santo Amaro (Sul 2) fez o diagnóstico em parceria com o CCA Madre Rita, localizado no distrito de Campo Grande, próximo à comunidade Morro da Macumba, já visando programar o atendimento descentralizado para Cadastro no CadÚnico para acesso à programas sociais.

Um outro exemplo dos resultados de um processo colaborativo de diagnóstico foi o realizado pela SAS Perus (Norte 2) que abordou o bairro chamado Jardim da Paz, ocupação recente em uma região com grande quantidade de favelas. Graças a este trabalho e a tentativa de localizar as informações sobre as famílias inseridas no CadÚnico foi possível ao setor de geoprocessamento encontrar diversos endereços que constavam como “não localizados” no banco de dados, ampliando a qualidade da informação e reduzindo a taxa de perda do banco de dados.

As SAS Capela do Socorro e Parelheiros (Sul 2) trataram de territórios que guardam muita semelhança entre si. Capela do Socorro tem o distrito mais populoso e Parelheiros, menos denso, com os maiores índices de violência e o maior território da cidade. Ambas têm território muito amplo e vulnerável com grandes extensões de área rural, algo cada vez mais incomum em São Paulo. Seus diagnósticos são relativos a estas áreas, que são muito distantes e não contam com serviços públicos.

Para além das SAS que escolheram as favelas, outras preferiram abordar outras dinâmicas em seus territórios. Vila Prudente (Leste 1) chama atenção pela observação de vazios que só podem ser vistos de perto, com o conhecimento do local de atuação. Em uma importante avenida, no bairro de Vila Bela, suprida por diversas modalidades de serviços públicos existem vários cortiços que não são percebidos apenas por quem passa. Esta análise torna visível e propõe outro nível de debate sobre a associação entre vulnerabilidade e habitação.

Na Vila Chuca, Itaquera (Leste 2), o território é suprido por equipamentos de educação, saúde e lazer, mas carece de serviços da assistência social, principalmente aqueles que atendam idosos, antiga demanda dos moradores da região. Além disso, há grandes terrenos com projetos de construção de moradias populares, inclusive com unidades já inauguradas. Ou seja, um território em franco processo de transformação, o que poderá representar reordenamento ou revisão das ofertas socioassistenciais.

No ano em que foi realizado o Censo da população em situação de rua, Lapa (Oeste) foi a única a abordar o tema analisando as adjacências da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), localizada no distrito de Vila Leopoldina e que tem recente ocupação por usuários de drogas que compõem uma "cracolândia" no local. Há significativa expansão da quantidade de população em situação de rua neste local, além da usual exploração sexual de crianças e adolescentes. Isto, pois, as demais regiões que

abordaram cenas de uso não contemplam necessariamente população em situação de rua, como já mencionado no caso de Cidade Tiradentes.

Na mesma região, Butantã optou por tratar questões relacionadas a seus dois distritos mais vulneráveis. Esta SAS está entre as mais antagônicas da cidade, já que em sua jurisdição tem o Morumbi, distrito conhecido por suas mansões, e Rio Pequeno e Raposo Tavares analisados no trabalho e que contam com os maiores índices de violência da região oeste da cidade. Distritos esses que estão sofrendo alteração de perfil urbanístico na medida em que ampliam os condomínios horizontais murados. Dado importante a ser observado é a taxa de homicídio de jovens pretos e pardos no Butantã. Apenas 36,8% das pessoas entre 15 e 29 anos que vivem nessa região têm essa característica física, contudo, 81% dos homicídios nesta faixa etária acometem jovens negros.

Seguindo o mesmo tipo de análise, a SAS Sé (Centro) realizou estudo sobre o distrito de Santa Cecília, traçou histórico interessante dessa que foi constituída para ser uma região nobre e, atualmente, por conta da quantidade de cortiços tem população altamente flutuante, além da principal "cracolândia" da cidade, próxima a estação Júlio Prestes, esta sim composta tanto por população em situação de rua como população em extrema precariedade sociofamiliar e de renda.

Outro grande território foi analisado pela SAS Vila Maria/ Vila Medeiros (Norte 1), o Parque Novo Mundo, bairro bastante populoso e com alta concentração de favelas, principalmente marcado pelo crescimento desordenado e vitimado sistematicamente por enchentes do rio Tietê que deixam diversas pessoas desabrigadas todos os anos na temporada de chuvas. Também uma região de entreposto e de antigas fábricas e indústrias, cortada por importantes rodovias interestaduais (Fernão Dias e Dutra).

Por fim, um trabalho muito interessante foi realizado pela SAS Pirituba/ Jaraguá (Norte 2) que atuou com os indígenas Guarani das aldeias Tekoa Ytu, Tekoa Pyau e Itakupé. Apenas a primeira é oficialmente demarcada, sendo o menor território indígena do país, as demais estão em processo de regularização e já contam com parecer favorável do Ministro da Justiça (Ministério ao qual é vinculada a FUNAI) aguardando a homologação da Presidenta da República. Como ocupam essa área há muitos anos existe grande resistência local a essa homologação, inclusive, a SAS sugere a criação de um CRAS Indígena, para qualificar o atendimento a este público de forma especial respeitando suas tradições culturais e sociais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observando o processo de construção do diagnóstico e consolidação de metodologia colaborativa, verificamos alguns pontos que merecem destaque. A opção por adotar um



processo de aprendizagem prática, como a melhor forma de adquirir e aplicar conhecimento sempre envolve diálogo, capacitação continuada e construção coletiva de modelos. Esse processo leva tempo, mas gera resultados sólidos vindouros. A própria elaboração permite conhecer as capacidades de cada profissional envolvido, os contextos de sua atuação, as ferramentas tecnológicas conhecidas e adquiridas.

Além disso, a liberdade criativa deve ser destacada na medida em que promoveu diferentes abordagens sobre a realidade que se pretendia estudar: alguns envolveram outros atores da sociedade civil, ou serviços conveniados, outros descobriram logradouros com beneficiários considerados como não localizados nos bancos de dados oficiais da Secretaria, ou ainda a elaboração de planilhas que serviram de modelos para outros colegas. Assim, fica ainda mais evidente que a opção por um território não significa que este seja o único vulnerável e nem o tipo de vulnerabilidade escolhida como a maior ou mais perversa, apenas ilustra o ponto de partida para um exercício de compreensão da realidade na perspectiva de um grupo de trabalhadores sociais.

Quando consideramos a seleção das áreas notamos que, mesmo com liberdade de escolha da localidade a ser pesquisada 19 das 31 SAS optaram por favelas em seus territórios, o que nos gera ao menos duas questões essenciais para debate: 1) Em todas as regiões da cidade há algum tipo de vazio socioassistencial a ser observado, independente da classe econômica predominante; 2) A forma como pensamos vulnerabilidade geralmente se atenta a um tipo específico e isso é, exatamente, o fator gerador de vazios, já que estes – em geral – são invisíveis. Apesar das favelas serem os locais mais visíveis de concentração de vulnerabilidades e riscos de toda ordem e de grande complexidade, não é a única. Temos como contraponto o caso da região central ou de áreas marcadamente comerciais, em que há o isolamento de idosos sem condições financeiras para garantir sua sobrevivência ou ainda a concentração de população em situação de rua. Resgatando o que ensina Milton Santos (2011) quando diz que o *centro do mundo está em todo lugar e que o mundo é o que se vê de onde se está*, ou seja, devemos ampliar a capacidade de compreender as outras formas de configuração de vulnerabilidade e risco na paisagem urbana.

Na cidade a reprodução da desigualdade ocorre em todas as regiões e localidades, em maior ou menor proporção. A identificação desses traços de segregação deve superar a dialética de “centro-rico” e “periferia-pobre”, compreendendo as paisagens urbanas marcadas por essas realidades em sua forma explícita (favelas, cortiços, ocupações, etc.) e oculta (isolamento e abandono de idosos, vítimas de violência doméstica, etc.). Essa dicotomia existe e continua operando para a cidade vista em escala ampla, mas não deve ser levada como única referência, já que sua reprodução local é inegável e de fundamental importância para a execução da política. Os diagnósticos territoriais cumprem essa função

ao dar um zoom e aproximar localidades muitas vezes invisíveis às políticas públicas e revelar seus problemas.

A elaboração participativa dos diagnósticos auxiliou na construção de um quadro de informações que ilustram uma faceta impossível de ser observada somente por meio dos dados quantitativos, demonstrando uma variedade de condições de vulnerabilidade que nem sempre podem ser notadas. Equilibrar esses tipos de dados e formas de observação deve ser um princípio norteador da vigilância socioassistencial.

O interessante de conhecer cada um dos trabalhos que abordaram comunidades de baixa renda nas diferentes regiões da cidade é perceber que se por um lado há particularidades que sempre devem ser consideradas, por outro, existem temas de fundo que são comuns à maioria como habitação, acesso a serviços e violência. Isto revela que ainda precisamos conformar nossos olhares para compreender os atributos da violência e da violação de direitos na realidade de nossos cidadãos e territórios.

A consolidação dos dados de violência é outra novidade incorporada à segunda edição dos “Vazios Socioassistenciais”. Essas fontes de informação nos serviram primordialmente por indicarem as incidências de risco. Isto considerando que as informações da saúde estão relacionadas ao local de moradia das pessoas e indivíduos vitimados, já os dados de Segurança Pública se referem ao local da ocorrência. Assim, os entendemos complementares à análise das situações de risco e violência às quais as comunidades estão expostas, ampliando as possibilidades de compreensão das demandas e ofertas de proteção social especial. Os dados de violência deixam evidente que a associação direta entre essas ocorrências e áreas de concentração de pobreza é um equívoco que pode levar a distorções de atenção das políticas públicas.

O desafio de construir um campo de estudos para esta versão dos vazios foi concluído de forma exitosa. Para a próxima edição o grupo etário a ser observado são os idosos, pois a vigilância deve voltar seus olhares para entender quais as características, demandas, dificuldades e necessidades de uma população cada vez mais envelhecida e ao mesmo tempo ativa. Os nuances e as singularidades em cada território se tornarão mais visíveis com os diagnósticos que serão realizados subsidiando a assistência social ao atendimento deste público.

Para finalizar, convidamos a conhecer o documento produzido que está disponível no link:

[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pesquisas/index.php?p=18626](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pesquisas/index.php?p=18626).

## REFERÊNCIAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse por Setores, Censo 2010. Disponível em:

< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>>, visitado em 30/10/2015.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: Cultura Popular e Lazer na Cidade, São Paulo: UNESP, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS, Informações de saúde (TABNET). Disponível em:

< <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Vazios Socioassistenciais. Julho de 2013, São Paulo. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pe\\_squisas/index.php?p=18626](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pe_squisas/index.php?p=18626)>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais (COPS) da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Vazios Socioassistenciais. 2014/2015, São Paulo. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia\\_social/observatorio\\_social/pe\\_squisas/index.php?p=18626](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/observatorio_social/pe_squisas/index.php?p=18626)>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Sistema de Informação do Atendimento aos Usuários (SISA). Disponível em: <<http://sisa.prefeitura.sp.gov.br/sisa1/PaginasPublicas/login.aspx>>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Sistema de Informação da Situação de Rua (SISRua). Disponível em: < [http://sisrua.prefeitura.sp.gov.br/Login/sig\\_login.asp](http://sisrua.prefeitura.sp.gov.br/Login/sig_login.asp)>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU). Mapa Digital da Cidade (MDC). Disponível em: <<http://downloadfolhasscm.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/index.aspx>>, visitado em 30/10/2015.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Sistema de Informações para Vigilância de Violências e Acidentes (SIVVA). Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/violencias\\_e\\_acidentes/index.php?p=12819](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/saude/tabnet/violencias_e_acidentes/index.php?p=12819)>, visitado em 30/10/2015.

SANTOS, Milton. 2011. O mundo global visto do lado de cá, documentário do cineasta brasileiro Sílvio Tendler. Disponível no sítio: [https://www.youtube.com/watch?v=UUB5DW\\_mn](https://www.youtube.com/watch?v=UUB5DW_mn), em 20/10/15.